



# Relatório de Execução Orçamental (RET)

1.º trimestre de 2023

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	3
2. INDICADORES OPERACIONAIS .....	3
3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balancó) .....	4
4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO .....	5
5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS .....	6
6. ACRÓNIMOS e FÓRMULAS .....	8
7. ANEXOS .....	10

## NOTA INTRODUTÓRIA

O PAO de 2023 foi aprovado em Conselho de Administração da AdP Internacional a 16 de dezembro de 2022 e submetido na plataforma SIRIEF a 22 de dezembro de 2022, não tendo sido, até a data, objeto de despacho por parte da SET. Atualmente, aguarda-se parecer e despacho por parte da UTAM e SET, respetivamente.

A proposta de PAO 2023, assume a continuação da estratégia de melhoria do desempenho económico e financeiro da Empresa, nomeadamente através das atividades de Desenvolvimento de Negócio em novos mercados, pela execução de novos contratos e dos contratos que transitam de 2022. Em paralelo, será dada especial importância à eficiência organizacional da Empresa, tendo em vista a otimização dos gastos operacionais.

Destacam-se um conjunto de novos projetos de assistência técnica, nomeadamente, em Moçambique (seis projetos de AT com financiamento do Fundo Ambiental), em Angola (AT no Cunene II), na Guiné-Bissau (AT às Lojas de Cidadão na instalação de PV's), na Costa do Marfim (Plano de Redução de Perdas Aidijan), no Senegal (AT a cidade de Touba) e na Argentina (AT a empresa AYSA).

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no Decreto-lei de Execução Orçamental de 2019, o Decreto-lei 84/2019 de 28 de junho, das Instruções para a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEPG) para 2023. Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto - da Secretária de Estado do Tesouro para 2023.

## 1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados	2023				2022			2021	
	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M
Prestação de Serviços	€ 1 168 109				1 168 109	1 923 012	2 366 037	8 580 175	8 580 175
<b>Volume de Negócios</b>	<b>€ 1 168 109</b>				<b>1 168 109</b>	<b>1 923 012</b>	<b>2 366 037</b>	<b>8 580 175</b>	<b>8 580 175</b>
Custo das vendas/variação inventários	€				0	0	0	0	0
<b>Margem Bruta</b>	<b>€ 1 168 109</b>				<b>1 168 109</b>	<b>1 923 012</b>	<b>2 366 037</b>	<b>8 580 175</b>	<b>8 580 175</b>
Forneccimentos e serviços externos	€ 608 079				608 079	1 090 925	1 620 813	5 250 585	5 250 585
Gastos com pessoal	€ 526 081				526 081	514 641	570 994	7 020 091	7 020 091
Amortizações	€ 41 325				41 325	35 560	28 879	121 168	121 168
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	€								
Outros Gastos e Perdas Operacionais	€ 225 504				225 504	253 421	221 916	111 695	111 695
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	€ 29 157				29 157	3 931	14 758	55 985	55 985
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>€ - 203 724</b>				<b>- 203 723</b>	<b>32 381</b>	<b>- 67 808</b>	<b>466 622</b>	<b>466 622</b>
Gastos financeiros	€ 50 896				50 896	33 061	34 892	135 532	135 532
Rendimentos financeiros	€ 762				762	4 311	46 970	231 970	231 970
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>€ - 50 134</b>				<b>- 50 134</b>	<b>- 28 744</b>	<b>12 078</b>	<b>96 438</b>	<b>96 438</b>
<b>Resultados Antes de Imposto</b>	<b>€ - 253 858</b>				<b>- 253 858</b>	<b>3 637</b>	<b>- 55 730</b>	<b>563 060</b>	<b>563 060</b>
Imposto sobre o Rendimento	€							118 243	118 243
Imposto Diferido	€								
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>€ - 253 858</b>				<b>- 253 858</b>	<b>3 637</b>	<b>- 55 730</b>	<b>444 818</b>	<b>444 818</b>

- O Resultado Líquido ascendeu a 254 mil euros registando uma variação negativa de /080% face ao resultado positivo de 4 mil de euros do período homólogo de 2022.
- O Volume de Negócios totalizou 1,2 milhões euros, decrescendo 35% face ao homólogo e menos 51% face ao orçamentado. Para este decréscimo contribuiu a revisão em baixa do orçamento da AT Cunene, que resultou numa redução dos projetos reconhecidos em anos anteriores de -197 mil euros. A execução dos projetos AT EAGB e AT Bongo registaram provistos superiores ao previsto em PAO (+34 mil euros e -16 mil euros respetivamente). Em contrapartida a execução dos seguintes projetos registaram, para o ano de 2023, um decréscimo face ao previsto em PAO: projeto do Cunene (-69 mil euros), projeto PMC BEL (-126 mil euros), projeto da Huila (-163 mil euros), projeto AT Goa (-47 mil euros), projeto A1 Grenada (-11 mil euros), projeto Utilities of the Future (-1,5 mil euros), projeto ETAR do Stº Cruz (-94 mil euros) e o projeto Masterplan Saneamento em AO (-43 mil euros). De registar ainda os projetos provistos para este período, mas que ainda não iniciaram em Moçambique 6 projetos financiados pelo Fundo Ambiental (210 mil euros), no Senegal AT Touba (-120 mil euros), na Argentina AT AYSA (-38 mil euros), na Costa do Marfim (56 mil euros), na Tunísia (-73 mil euros) e em Cabo Verde o Plano Sanitário S.1 Ilipa e os Resíduos do Stº Antão (-27 mil euros). Neste período registou-se ainda a conclusão do projeto em Cabo Verde Phos Value - Rockbagem sustentável do nutrientes do águas residuais (-27 mil euros).
- Os FSE's registam um total de 608 mil de euros, o equivalente a um decréscimo face ao orçamentado de 62%. O desvio decorre sobretudo do atraso já mencionado no arranque dos projetos provistos na Costa do Marfim, Senegal, Argentina, Tunísia, Moçambique e Cabo Verde. No orçamento os gastos com os Peritos/Consultores dos projetos em Angola estão previstos nesta rubrica, mas por força da legislação local estão a ser registados em Gastos com Pessoal.
- O acréscimo dos Gastos com Pessoal (+11 mil euros face ao período homólogo) resulta das variações do quadro do pessoal, nomeadamente em Angola com 4 projetos em curso, que determina, para permanências prolongadas no seu território, a obtenção do Visto de Trabalho mediante a celebração de um Contrato de Trabalho e consequente integração nos quadros de uma empresa local (Sucursal em Angola) e também ao cumprimento da legislação das quotas (70/30), que exige a contratação de 7 Angolãos para 3 expatriados. Face ao previsto os Gastos com Pessoal estão abaixo (-45 mil euros), sobretudo devido às atualizações salariais e contratações previstas que ainda não ocorreram. O número de efetivos previsto refletiu a posição no final do exercício.
- As Amortizações acresceram face ao previsto (-12 mil euros) devido à substituição não prevista, no final de ano de 2022, de duas viaturas em fim de vida abatidas da frota operacional em Angola.
- Os Outros Gastos e Perdas Operacionais totalizaram no trimestre 226 mil euros e registam os impostos e referentes aos recebimentos do Ministério da Energia e Águas de Angola e da FCMU (estações na fonte) e as diferenças de câmbio nos recebimentos nos moedas USD e AOA.
- O desvio face ao previsto nos Rendimentos Financeiros resulta por um lado dos juros calculados no âmbito do suprimento à AdP Timor Leste e dos juros das OT's angolanas que acabaram por ser resgatados em 2022.

## 2. INDICADORES OPERACIONAIS

Gastos Operacionais	2023				2022			2021	
	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M
Custo das vendas/variação inventários	€								
Subcontratos	€								
Fornecc. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	€ 608 079				608 079	1 090 925	1 620 813	5 250 585	5 250 585
Gastos com pessoal	€ 526 081				526 081	514 641	570 994	7 020 091	7 020 091

- Os Gastos Operacionais registam um total de 1,1 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -48% face ao previsto e de -29% face a 2022. O desvio face ao previsto resulta por um lado dos projetos em curso registarem, neste período, taxas de execução inferiores às consideradas e por outro aos atrasos no arranque de alguns dos projetos, nomeadamente na Costa do Marfim, Senegal, Argentina, Tunísia, Moçambique e Cabo Verde.

Desempenho	2023				2022			2021	
	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M	9 M	6 M	3 M	12 M
<b>EBIT - Earnings Before Interest and Taxes</b>	<b>€ 203 724</b>				<b>203 724</b>	<b>32 380</b>	<b>- 67 808</b>	<b>466 622</b>	<b>466 622</b>
<b>EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation</b>	<b>€ 162 399</b>				<b>162 399</b>	<b>67 949</b>	<b>38 928</b>	<b>587 790</b>	<b>587 790</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>% 14%</b>				<b>14%</b>	<b>4%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>
<b>Gastos Operacionais/EBITDA</b>	<b>% 698%</b>				<b>698%</b>	<b>7307%</b>	<b>5630%</b>	<b>1237%</b>	<b>1237%</b>

- O EBIT negativo registado, foi inferior ao verificado no período homólogo e inferior ao previsto em 200%.
- O lucro operacional negativo refletiu a redução dos provistos reconhecidos em anos anteriores de 197 mil euros, decorrente da revisão em baixa da margem do projeto do Cunene, mas também das taxas de execução dos projetos registadas inferiores às previstas.

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano está refletido nas 3 últimas colunas, para cada período em análise.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanco)

Demonstração da Posição Financeira	2022				2023			
	12M		9M		12M		9M	
	12M	9M	12M	9M	12M	9M	12M	
<b>Ativo não corrente</b>	€ 1 585 076		€ 1 585 076	€ 1 518 327	€ 810 970	€ 763 881		
Ativos fixos tangíveis	€ 767 178		€ 767 178	€ 794 491	€ 170 361	€ 88 878		
Ativos sob direito de uso	€ 4 999		€ 4 999	€ 13 467	€ 5 156	€ 39 550		
Investimentos financeiros	€ 636 807		€ 636 807	€ 1 210 368	€ 635 454	€ 635 453		
Impostos diferidos ativos	€ 680 547		€ 680 547					
<b>Ativo corrente</b>	€ 7 581 800		€ 7 581 799	€ 6 726 025	€ 5 775 708	€ 5 365 687		
Clientes	€ 6 692 197		€ 6 692 196	€ 5 428 686	€ 2 184 597	€ 1 633 686		
Outros ativos correntes	€ 514 707		€ 514 707	€ 793 699	€ 1 445 677	€ 2 791 022		
Caixa e seus equivalentes	€ 374 901		€ 374 901	€ 503 640	€ 2 145 435	€ 1 440 978		
<b>Total do Ativo</b>	€ 9 166 875		€ 9 166 875	€ 8 244 352	€ 6 586 678	€ 6 129 568		
Capital Social	€ 175 000		€ 175 000	€ 175 000	€ 175 000	€ 175 000		
Resultados transferidos e reservas	€ 1 038 018		€ 1 038 018	€ 614 279	€ 761 716	€ 761 716		
Resultado líquido do período	€ 253 858		€ 253 858	€ 3 637	€ 56 730	€ 444 818		
Capital Próprio	€ 959 160		€ 959 160	€ 242 066	€ 380 986	€ 881 534		
<b>Passivo não Corrente</b>	€ 3 443 091		€ 3 443 091	€ 3 705 488	€ 1 805 318	€ 1 805 318		
Impostos diferidos passivos	€		€					
Outros passivos não correntes	€ 143 091		€ 143 091	€ 105 318	€ 105 318	€ 105 318		
Passivos da locação	€		€	€ 170				
Empréstimos	€ 3 300 000		€ 3 300 000	€ 3 600 000	€ 1 600 000	€ 1 600 000		
<b>Passivo Corrente</b>	€ 4 764 624		€ 4 764 624	€ 4 296 798	€ 4 400 374	€ 3 442 717		
Empréstimos	€ 1 720 656		€ 1 720 656	€ 1 182 317	€ 980 000	€ 880 000		
Passivos da locação	€		€	€ 1 907	€ 58 576	€ 58 576		
Outros passivos correntes	€ 3 043 968		€ 3 043 968	€ 3 106 574	€ 3 361 898	€ 2 504 201		
<b>Total do Passivo</b>	€ 8 207 715		€ 8 207 715	€ 8 002 286	€ 6 205 692	€ 5 248 034		
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	€ 9 166 875		€ 9 166 875	€ 8 244 352	€ 6 586 678	€ 6 129 568		

- O Ativo total atinge os 9,2 milhões de euros, um acréscimo face ao homólogo em 11% e 39% face ao previsto.
- A Empresa registou em 2022 os ativos por Impostos Diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31 de dezembro de 2022 (881 mil euros).
- A dívida total de Clientes encontra-se em 6,7 milhões de euros, 206% acima da prevista para este período, com 4,4 milhões de euros relativos a acréscimos de rendimentos pela estimativa de serviços prestados a futuro, sendo o remanescente na sua maioria do Ministério do Energia e Águas (Benjo e Cunene) (571 mil de euros), ANAS - Agência Nacional de Águas, projetos em Cabo Verde: Luta do Stº Cruz (255 mil euros), FCMU, projeto em Angola: AT Huila (255 mil euros), Castalia I CC, Projeto CRA em Moçambique (17 mil euros), Engira, projeto AT I ACB na Guiné Bissau (31 mil euros) e a PWD Goa (15 mil euros).
- O desvio verificado nos Outros Ativos Correntes resulta do IVA nas aquisições dos ISE, que estão abaixo dos valores previstos para este trimestre.
- A Caixa e seus Equivalentes totalizam neste período 371 mil euros, 83% abaixo do previsto uma vez que no orçamento para 2023 o PMR definido nos pressupostos é de 60 dias, contudo, na realidade os atrasos nos recebimentos dos principais clientes - Ministério da Energia e Águas e FCMU, contribuíram para que o pressuposto orçamental não se viesse a verificar.
- Do lado do Passivo, face ao período homólogo, registou-se um decréscimo do endividamento Suplemento (apoio de tesouraria) da casa mãe e ao acréscimo do Apoio de Tesouraria da AdP SCS em 538 mil euros.  
O projeto AT Bil, com arranque em dezembro de 2021, sofreu durante o ano de 2022 inúmeras contradições, sob estudo administrativo, resultando no atraso da faturação dos serviços executados ao longo do todo o ano. A situação manteve-se neste trimestre e a Empresa, para fazer face aos compromissos assumidos na execução do projeto, teve de recorrer à linha de financiamento de curto prazo contratada com a AdP SCS (Apoio de Tesouraria).  
Adicionalmente ao saldo da dívida vencida de clientes, face ao período homólogo, registou um acréscimo, contrariando as previsões para este trimestre na amortização do empréstimo de médio e longo prazo (suplemento).

Dividas de Clientes	2022				2023			
	12M		9M		12M		9M	
	12M	9M	12M	9M	12M	9M	12M	
<b>Dívida total</b>	€ 1 611 471		€ 1 611 471	€ 957 344	€ 1 357 727	€ 1 248 427		
Dívida vencida total	€ 1 611 471		€ 1 611 471	€ 957 344	€ 1 357 727	€ 1 248 427		

- A Dívida Total Vencida de Clientes regista neste período 1,6 milhões de euros, +68% face ao período homólogo e +19% face ao valor previsto no PAO 2023.  
O incremento da dívida resulta fundamentalmente das alterações administrativas das Unidades de Gestão financeira dos contratos em curso em Angola, nomeadamente na preparação dos pagamentos da faturação emitida. É expectável que no decorrer do próximo trimestre os recebimentos regressem à rotineira habitual e o stock da dívida total vencida de clientes reduza.

Desempenho	2022				2023			
	12M		9M		12M		9M	
	12M	9M	12M	9M	12M	9M	12M	
Autonomia financeira	% 10%		% 10%	% 3%	% 6%	% 14%		
Impacto Geral	n.º 0,19		n.º 0,19	n.º 0,30	n.º 0,82	n.º 1,08		
Solvabilidade	n.º 0,12		n.º 0,12	n.º 0,03	n.º 0,06	n.º 0,17		
Fundo de Manobra	€ 2 817 176		€ 2 817 176	€ 2 429 227	€ 1 375 336	€ 1 922 970		
ROCI - Rentabilidade do Capital Empregado	% 5%		% -5%	% 1%	% 3%	% 17%		
ROI - Rentabilidade do Capital Próprio	% 26%		% 26%	% 2%	% 15%	% 50%		
ROA - Rentabilidade dos Ativos	% 2,17%		% 2,17%	% 0,04%	% 0,85%	% 1,26%		

Obs: Estes indicadores são anualizados nos componentes dos resultados.

- Os Indicadores Financeiros refletem a dependência da Empresa do financiamento externo. Os empréstimos de curto, médio e longo prazo traduzem-se em Suplementos e linhas de Apoio à Tesouraria contratadas com a casa mãe.  
É expectável que os esforços da Empresa no sentido de recuperar as dívidas vencidas dos clientes e toda a faturação do projeto AT Bil, resultem, até ao final do ano, numa melhoria substancial destes Indicadores.  
Os Indicadores de Rentabilidade estão penalizados pelo revisto em baixa do orçamento do projeto AT Cunene, que resultou numa redução dos proventos e reconhecidos em anos anteriores de 197 mil euros.

#### 4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

Investimento	2023					2022		PAO 2022	PAO 2023
	III	II	I	IV	III	IV			
<b>Investimento total</b>	€								
Ativos Intangíveis	€								
Ativos fixos Tangíveis	€								

Obs. No 3.º Trimestre de 2022 e por todo o ano não se realizaram investimentos

Acumulado

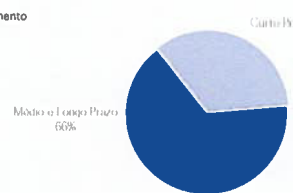
- Para o ano de 2023 não está previsto a realização de investimentos

Endividamento	2023					2022		PAO 2022	PAO 2023
	III	II	I	IV	III	IV			
<b>Empréstimos</b>	€								
<b>Médio e Longo Prazo</b>	€								
BI I	€								
Banca Comercial	€								
Holding	€								
Outros	€								
<b>Curto Prazo</b>	€								
BI I	€								
Banca Comercial	€								
Holding	€								
Descobertos bancários	€								
Outros	€								

O Endividamento regista um valor de 5 milhões de euros, o que representa uma variação de +2,4 milhões de euros face ao previsto para o final de 2023. O acréscimo do endividamento deve-se ao aumento da dívida vencida dos clientes e ao projeto A1 BE1, que sofreu durante o ano de 2022 inúmeras contrariedades, sobretudo administrativas, resultando num atraso da faturação dos serviços executados ao longo do ano. A Empresa, para fazer face aos compromissos assumidos na execução do projeto, teve de recorrer à linha de financiamento contratada com a AdP SGPS.

Para 2023 está prevista a manutenção das linhas de Apoio de Tesouraria da Empresa Mãe para acalantar situações de rutura de tesouraria.

**Estrutura do Endividamento**

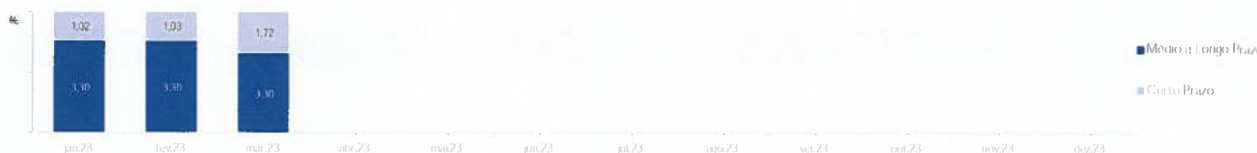


Indicadores de Financiamento	2023					2022		PAO 2022	PAO 2023
	III	II	I	IV	III	IV			
Dívida Financeira	€								
Debt to equity	n.º								
Net Debt - Endividamento Líquido	€								
Net Debt to EBITDA	valor								

Obs. No indicador Net Debt não são consideradas as Operações Financeiras.

O Endividamento Líquido regista um valor de 4,5 milhões de euros, sendo este composto pelos empréstimos de curto e médio prazo (5 milhões de euros), deduzido das Disponibilidades (375 mil euros).

#### Evolução do Endividamento



5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento do Despacho 652 - SEI (ponto 3.1)	2022				2023		Anexo Retribuição
	2022	2022	2022	PAC 2022	2023	PAC 2023	
Gastos com Pessoal	€ 526 081	514 641	286 199	570 994	1 315 447	2 205 110	2 020 091
Órgãos Sociais	€ 29 656	38 111	68 517	30 750	117 203	129 162	123 510
Absentismo	€						
Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismo)	€ 496 425	476 529	217 681	540 244	1 198 244	2 075 948	1 896 580
Rubricas Operacionais <sup>(1)</sup>	€ 136 578	208 489	88 287	138 908	492 960	741 927	497 264
Gastos c/ estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 12 641	12 377	6 132	21 873	128 911	192 404	55 085

<sup>(1)</sup> Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados a frota automóvel

• No âmbito do ponto 3.1, das IPC, é estabelecida, para efeitos de monitorização da eficiência operacional, a necessidade da definição do ano de referência de 2019 ou 2022 para cada uma das rubricas em análise, em função do que registar o maior volume de negócios anual. No caso da AdP Internacional e o ano de 2022 a referência.

Prazo Médio Pagamento	2022				2023			
	1º	2º	3º	4º	2023	PAC 2023		
PMP - Prazo Médio de Pagamentos <sup>(1)</sup>	dias 88				88	124	85	60

<sup>(1)</sup> O cálculo do PMP foi efetuado de acordo com a fórmula preconizada na instrução aplicável de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

• O âmbito do cumprimento das obrigações legais, assinala-se o incumprimento da RCM n.º 34/2008 referente ao Prazo Médio de pagamentos do trimestre. O indicador é calculado com base na média dos últimos 4 trimestres.

Indicadores e Gastos Operacionais	2022				2023		2022	PAC 2023
	1º	2º	3º	4º	2023	PAC 2023		
Gastos Operacionais (GO) = (1) + (2) + (3)	€ 1 134 160				1 605 566	2 191 808	6 675 080	7 270 675
(1) C/MVMC	€							
(2) ISI	€ 608 079				1 090 525	1 670 813	4 469 969	5 250 585
(3) Pessoal (Dum. Res.)	€ 526 081				514 641	570 994	2 205 110	2 020 091
(4) Efeitos em Pessoal (alínea a) do n.º4 do artigo 133)	€ 29 656				38 111	30 750	129 162	148 271
i) Órgãos Sociais	€ 29 656				38 111	30 750	129 162	123 510
ii) impacto do cumprimento de disposições legais (ex: anuidades, reclassificações...)	€							
iii) Orientações relativamente ao acordo celebrado a 9 de outubro 2022 <sup>(a)</sup>	€							17 605
iv) impacto das valorizações remuneratórias obrigatórias	€							1 156
v) impacto do efeito do absentismo	€							
vi) impacto da indemnização por rescisão não incluída por mútuo acordo	€							
(5) Indemnizações por mútuo acordo (incluindo prorrogação e equívocos)	€							
(6) Efeitos fatores excecionais (Crise Geopolítica) <sup>(b)</sup>	€							
vii) ISI's - Fatores excecionais (não inclui gastos com transporte)	€							
viii) ISI's - Fatores excecionais (apenas gastos com transporte)	€							
ix) ISI's - Respostas do seguradora	€							
x) ISI's - Outros (devidamente fundamentados se não previstos nos termos do DLIC)	€							
Outras Rubricas Operacionais:	€ 149 219				220 865	160 781	741 372	552 349
xi) Gastos c/ Deslocações e Estadas, Alojamento e Ajudas de Custo	€ 68 953				123 988	74 154	331 082	248 418
xii) Gastos com viaturas <sup>(c)</sup>	€ 67 625				84 501	64 754	353 077	248 846
xiii) Gastos com estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 12 641				12 377	21 873	57 213	55 085

Indicadores de Cumprimento dos Princípios Relativos a Gastos Operacionais

GOVN = (7)/(8)	% 97,1%	83,5%	92,6%	82,0%	84,5%
(7) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	€ 1 134 160	1 605 566	2 191 808	6 675 080	7 270 675
(8) Volume de Negócios = (VN)	€ 1 168 109	1 923 072	2 366 037	8 138 372	8 580 175
Gastos com Pessoal <sup>(d)</sup> = (3) + (4)	€ 496 425	476 529	540 244	2 075 948	1 896 580
FSE's <sup>(e)</sup> = (2) + (vii) + (viii)	€ 149 219	220 865	160 781	741 372	552 349
Rubricas Operacionais <sup>(f)</sup> = (xi) + (xii) + (xiii) + (vii)	€				

<sup>(1)</sup> Os gastos associados a frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação pneumáticos, taxas e impostos

<sup>(a)</sup> Despacho da Secretária de Estado das Finanças e da Secretária de Estado do Tesouro.

<sup>(b)</sup> Conforme alínea c) do n.º 2 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

<sup>(c)</sup> Calculado de acordo com o n.º 1 e alínea c) do n.º 2 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

<sup>(d)</sup> Conforme alínea a) do n.º 4 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

<sup>(e)</sup> Conforme alínea b) do n.º 4 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

<sup>(f)</sup> Conforme alínea c) do n.º 4 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

• O indicador GOVN apresenta um valor de 97,1%, o equivalente a um desvio de +4,5 p.p. face ao previsto para o 1º trimestre de 2023 (92,6%) e de +12,6 p.p. face ao previsto para o final de 2023 (84,5%). O desempenho negativo deste indicador decorre sobretudo da variação positiva dos GO face ao previsto (-48%), ser inferior a redução do VN face ao previsto (-51%).

Se comparado com igual período de 2022 (83,5%), verifica-se uma degradação do indicador, decorrente do decréscimo do Volume de Negócios (-39%) superior ao decréscimo verificado nos GO (-29%).

• O indicador Gastos com Pessoal regista um total de 526 mil euros, o equivalente a um desvio de 8% face ao previsto para o 1º trimestre. O desvio verificado resulta das atualizações salariais e contratações previstas que ainda não ocorreram.

Se comparado com igual período de 2022, verifica-se um agravamento do indicador (+2%), decorrente das variações ocorridas no n.º de trabalhadores, nomeadamente os efeitos nos projetos em curso em Angola, que decorrem, para as manobras, de alterações no seu território, a obtenção do Visto de Trabalho mediante a celebração de um Contrato de Trabalho e consequente integração nos quadros de uma empresa local (Socusal em Angola) e também ao cumprimento da legislação das quotas (10/30), que exige a contratação de 7 Angolanos para 3 expatriados.

• O indicador Outras Rubricas Operacionais regista um valor de 149 mil euros, que corresponde a um desvio de -7% face ao previsto. Os Gastos com deslocações e estadas, alojamento e ajudas de custo foram inferiores ao previsto em -7%, e decorre sobretudo da redução do esforço comercial desenvolvido.

Em 2023 os Gastos associados a Frota Automóvel acresceram +4%, nomeadamente o valor das amortizações, devido à substituição por abate, em Angola, no final do ano de 2022, de duas viaturas operacionais em fim de vida.

• O indicador Gastos c/ estudos, pareceres e proj. consultoria regista um valor de 13 mil euros, o equivalente a um desvio de -4% face ao previsto para o 1º trimestre.

Endividamento		2023				2022		2021	
		1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º
Endividamento	€	5 020 656				4 787 317	2 680 000	4 314 655	2 580 000
Taxa de Crescimento de Endividamento (D.L.F.O)	%	16%				18%	-118%	7%	-116%

Obs: O rácio do Endividamento trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2022. O rácio do Endividamento de 2022 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2021. O rácio do Endividamento do 1.º Trimestre de 2023 é calculado com base no real a dezembro de 2022.

• O indicador **Endividamento** regista um valor de 5 milhões de euros, o equivalente a um acréscimo de 238 mil euros face a igual período de 2022. Este aumento decorre do atraso na faturação e recebimento de alguns projetos, nomeadamente em Angola, forçando a utilização das linhas de Apoio à Tesouraria contratadas com a AdP SCPS para suprir as necessidades da tesouraria corrente. Conforme previsto na L.OI. e no D.L.F.O para 2019, existe um limite do crescimento do endividamento da Empresa, até 2% face a 2022. No 1.º trimestre de 2023, e conforme disposto no artº159 do D.L.F.O, este indicador regista um acréscimo de +16% face a dezembro de 2022.

N.º de colaboradores		2023				2022		2021	
		1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º
<b>Recursos Humanos</b> <sup>(1)</sup>	n.º	22				26	29	22	29
Órgãos Sociais <sup>(2)</sup>	n.º	2				2	2	2	2
Pessoal Estrutural	n.º	20				24	27	20	27
Sede e AdP Angola	n.º	11				13	15	11	14
Expatriados (Projeto)	n.º	9				11	12	9	13
Projeto <sup>(3)</sup>	n.º	11				20	5	19	5
Contratos Suspensos	n.º	5				3	3	5	3

(1) Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos

(2) Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial

(3) RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local

• Os Recursos Humanos da Empresa compõem-se pelos trabalhadores com carácter permanente, Órgãos Sociais mais Pessoal Estrutural, e pelos trabalhadores afetos temporariamente aos projetos, RH Projeto, com contratos limitados a duração dos respetivos projetos de assistência técnica.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como os restantes componentes do custo dos projetos.

No 1.º trimestre o n.º de trabalhadores não sofreu alteração face ao final do ano anterior. De salientar que dois trabalhadores, um da Sede e outro Expatriado (projetos), encontram-se com o contrato suspenso por motivo de baixa prolongada.

O total dos trabalhadores da Estrutura é inferior ao previsto para o 1.º trimestre.

Handwritten signature and initials.

## 6. ACRÓNIMOS e FÓRMULAS

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
<b>Gerais</b>	
ACT	Acção Coletiva de trabalho
ActA	Águas do Algarve
ActAM	Águas do Alto Minho
ActCl	Águas do Centro Litoral
ActDP	Águas do Douro e Paiva
ActNorte	Águas do Norte
ActP	Águas de Portugal
ActRA	Águas do Região de Aveiro
ActSA	Águas do Santo André
ActTA	Águas do Tejo Atlântico
ActVT	Águas do Vale do Tejo
ApdA	Águas Públicas do Alentejo
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FA	Fundo Ambiental
FCMU	Financial Contract Management Unit
ISI	Fornecimento e Serviços Interiores
IIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsórios de Gestão
IFRIC12	International Financial Reporting Interpretations Committee
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei de Orçamento do Estado
NSI	Níveis de Serviços Estabelecidos
OI	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SI	Secretaria de Estado do Tesouro
SIMDOURO	SIMDOURO
SIMARSUI	SIMARSUI
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
<b>Indicadores</b>	
DRG	Despesa Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earnings Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
GO	Gastos Operacionais
OI	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
VN	Volume de Negócios
<b>Unidades</b>	
ME	Milhões de Euros
mE	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
FÓRMULAS	DESCRIÇÃO
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao Investimento)
EBITDA	Resultado Operacional - Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao Investimento
Fundo de Manobra	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
ROA	Resultado Líquido / Ativo Total
ROE	EBIT / Capital Próprio
ROE	Resultado Líquido / Capital Próprio
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total
Variação do Endividamento	$\frac{[(\text{Financiamento Remunerado N} - \text{Financiamento Remunerado N-1}) \cdot (\text{Capital Social N} - \text{Capital Social N-1})]}{[(\text{Fundo de Remuneração N-1} \cdot \text{Capital Social N-1})]}$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

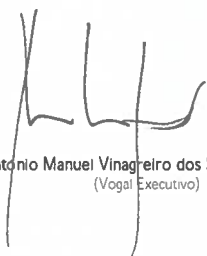


Lisboa, 02 de junho de 2023

O Conselho de Administração



Carla da Conceição Afonso Correia  
(Presidente Executivo)



António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura  
(Vogal Executivo)



Andrew Donnelly  
(Vogal Executivo)





Ao Conselho de Administração da  
AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.

## **Memorando de Acompanhamento relativo ao primeiro trimestre de 2023**

Exmos. Senhores,

### **Introdução**

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao primeiro trimestre de 2023, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

### **Âmbito**

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:

- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
- Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2023;
- Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de três meses findo em 31 de março de 2023, no que se refere aos seguintes aspetos:

- Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023;

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022;
- Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
- Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de três meses findo em 31 de março de 2023, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

### **Principais aspetos e conclusões**

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2023, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”.

5.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 88 dias, portanto superior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 105 dias, o que se verificou, encontrando-se assim numa tendência de cumprimento.

5.3 Relativamente ao plano de contratação de colaboradores, nos termos do previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a Entidade encontra-se em cumprimento.

5.4 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se numa tendência de incumprimento comparativamente com o exercício de 2022 e comparativamente com o orçamento.

5.5 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se numa tendência de cumprimento, no que respeita aos gastos com pessoal comparativamente com o orçamento, não obstante de se encontrar numa tendência de incumprimento comparativamente com o exercício de 2022. No que respeita aos gastos com frota automóvel, gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e gastos com pareceres, projetos e consultoria, a Entidade encontra-se numa tendência de cumprimento face ao orçamento e ao exercício de 2022.

5.6 Atendendo aos requisitos legais estabelecidos no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento, a entidade encontra-se numa tendência de incumprimento comparativamente com o orçamento e com o exercício de 2022.

5.7 Adicionalmente à análise do Relatório de Execução Trimestral constatámos que a Entidade se encontra ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2022, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2023 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.8 Observámos ainda o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

15 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957  
Registado na CMVM com o n.º 20200003